

Violência em cadeia

À primeira grande rebelião e fuga em massa de presidiários no país o Estado respondeu com mais prisões

Dirceu Franco Ferreira

1/10/2015

“Trata-se da nossa liberdade, e aquele que não quiser lutar será fuzilado”. Com estas palavras, o presidiário Sinval Cabral dos Santos deu o tom da primeira grande rebelião e fuga em massa da história das prisões no Brasil. O episódio aconteceu em 1952, na ilha Anchieta, e foi responsável por uma crise sem precedentes nos presídios em São Paulo.

Havia 30 anos que o estado de São Paulo realizara o último grande investimento na ampliação e modernização da infraestrutura prisional. As centenas de cadeias e xadrezes estavam obsoletas e superlotadas, incluindo a Casa de Detenção, inaugurada em 1852, a Penitenciária do Estado, aberta em 1922, e o presídio da ilha Anchieta, que reiniciara suas funções prisionais em 1942. Se a revolta foi resultado da precarização da vida nas prisões, seus desdobramentos acabaram resultando na expansão acelerada do encarceramento no estado.

Localizado no município de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, e distante cerca de 700 metros do continente, o Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) tinha 453 presos e contava com cerca de 20 praças da Força Pública e pouco mais de 20 funcionários civis. Duas pequenas vilas abrigavam os soldados e funcionários da ilha, enquanto oito pavilhões, com capacidade total para 280 presos, mais 15 celas de isolamento abrigavam precariamente a população encarcerada.

Às 8h30 da manhã do dia 20 de junho de 1952, Sinval Cabral dos Santos e João Pereira Lima trabalhavam no serviço de transporte de lenha com mais 117 presidiários, quando deflagraram a insurgência. Após violenta luta com a guarda e praças militares, os presos rebelados controlaram o destacamento militar, onde se armaram. Um grupo se dirigiu à casa do diretor e outro, ao quadrado do presídio. Após intenso tiroteio, a direção e os poucos soldados, surpreendidos pela rápida ação, depuseram suas armas e se entregaram aos rebeldes. O outro grupo, com a maior parte dos rebeldes, atacou a carceragem, onde trocou seus uniformes por roupas civis, saqueou o cofre e queimou os prontuários. As chamas se alastraram pelo prédio, atingindo sua cobertura e chamando a atenção do capitão da lancha Ubatubinha, que trazia mantimentos para o presídio naquela manhã. Em rápida manobra, o curso da lancha foi alterado, rumando na direção de Ubatuba, de onde saiu o primeiro registro de ocorrência da rebelião.

Em menos de duas horas, a ilha estava dominada pelos rebeldes, que então iniciaram sua fuga pelo mar. O grupo composto pelos cabeças do movimento fugiu a bordo da Carneiro da Fonte, única lancha de grande porte de propriedade do presídio. Com capacidade para 40 pessoas, a embarcação viajou com 60 presos até a praia de Ubatu-mirim, onde chegou avariada. Após o desembarque, eles se embrenharam nas matas da serra do Mar, dispersando-se nas direções de Paraty, Ubatuba, Cunha, Caraguatatuba e São Luiz do Paraitinga. Os outros rebeldes lançaram mão de canoas usadas na pesca ou improvisaram jangadas. Dos 129 presos que alcançaram as praias de Ubatuba, 108 foram recapturados, 15 foram mortos e seis tidos como desaparecidos. Muitos não conseguiram deixar o local por falta de embarcação, mas com a população insular sob seu controle, saquearam as dezenas de residências existentes na ilha.

De sua parte, o Estado agiu rapidamente: num esforço conjunto, mobilizou o 5º Regimento de Infantaria do Exército e todas as corporações policiais, incluindo a Força Pública, a Polícia Civil, a Guarda Civil e a Polícia Marítima, além de muitos moradores dos municípios vizinhos. No dia seguinte à revolta, o caça-submarino Gurupi desatracou da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, e partiu em missão pelo litoral sul

fluminense e norte de São Paulo a fim de capturar possíveis fugitivos ou mesmo prevenir qualquer tentativa de rebelião na Colônia de Dois Rios, na ilha Grande (RJ).

A repressão que se seguiu à fuga e ao longo de todo o processo de pacificação do presídio foi marcada por assassinatos à queima-roupa, execuções sumárias, espancamentos e torturas nas cadeias de Ubatuba, Caraguatatuba, Cunha e Paraty. Dos detentos recapturados com vida, boa parte não regressou à ilha Anchieta, sendo transferidos para a Penitenciária do Estado.

A presença, na ilha, de presos com experiência em rebeliões e enfrentamentos diretos com as autoridades policiais foi crucial para que coordenassem a ação e conseguissem sucesso na fuga. João Pereira Lima, Ethel Pinheiro, Álvaro Fernando Conceição Carvalho Farto (o Portuga), Desidério Felício Fossa (o Mascarado), Benedito Conceição Fontes (o Baiano), Geraldo Fonseca de Souza (o Diabo Loiro), Jorge Floriano (o China Show), Alcino Candido Gomes (o Mocoroa) e Anorelino Soares (o Capitão Sujeira) compuseram a linha de frente da revolta e ganharam destaque tanto nas investigações como nas manchetes dos principais jornais. Já eram nomes bastante divulgados na imprensa paulistana, especialmente por sua participação na rebelião na Casa de Detenção, em 1948, e na fuga da Penitenciária do Estado, em 1951.

Entre as motivações para fugir da ilha, os presos mencionaram, nas declarações prestadas às autoridades durante o inquérito, as péssimas condições de vida na ilha - que incluíam fome, alimentos de baixa qualidade, constantes espancamentos e tratamento médico precário - o mau uso da verba de manutenção do presídio, a venda do peixe pescado pelos presos para comerciantes de Ubatuba e, por fim, as longas penas a cumprir.

Figura central no grupo que encabeçou o motim, Jorge Floriano, de 27 anos, trabalhava como funileiro encanador na capital quando pegou sete anos de reclusão por furto qualificado. Perto de cumprir sua pena, China Show deve ter tido bons motivos para rebelar-se, vingar-se e fugir da ilha. Ele era um dos alvos prediletos dos torturadores e foi indiciado pelo assassinato do chefe de Disciplina, Portugal de Souza Pacheco, ocorrido durante a rebelião. Em suas declarações ao inquérito, refere-se aos maus-tratos como a principal motivação para a revolta, declarando ser “uma das maiores vítimas desse regime”.

Diante da crise produzida pela rebelião e pelo massacre na ilha Anchieta, houve grande expansão física das estruturas prisionais, acompanhada pelo crescimento contínuo da população carcerária no estado. Em 1950, São Paulo tinha 596 prisões, considerando cadeias, xadrezes, casa de correção, detenção e penitenciária. Em 1954, esse número saltou para 652 e, em 1955, para 686. Os investimentos de maior vulto foram realizados nas gestões de Lucas Garcez (1950-1954) e Janio Quadros (1955-1959), com a inauguração da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, do Instituto de Reeducação de Tremembé, dos Institutos Penais Agrícolas no interior do estado e da Casa de Detenção de São Paulo, transferida para o bairro do Carandiru. A população prisional de São Paulo cresceu aproximadamente seis vezes naquela década: de 1.027 reclusos em 1949, passou a 6.066 em 1959. Mesmo o atual estado do Rio de Janeiro, que abrigava a capital federal e que viu a população carcerária saltar de 1.715 para 4.027 pessoas no mesmo período, ficou aquém do crescimento prisional do estado paulista.

Sem incorrer no risco de exagerar o peso do autoritarismo em nossa sociedade, pode-se afirmar que na área penal vive-se em permanente estado de exceção. Entre a rebelião na ilha Anchieta, em 1952, e o massacre do Carandiru 40 anos depois, o cenário continuou o mesmo. A maior parte da população custodiada até hoje não tem acesso à Justiça e aos direitos básicos de cidadania. Os detentos seguem se rebelando, e o estado insiste na mesma resposta: violência desproporcional dos agentes da repressão e endurecimento do regime penal.

Dirceu Franco Ferreira é mestrando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Saiba mais

BATTIBUGLI, Thais. Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964). Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2006.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz. História das Prisões no Brasil. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

PEDROSO, Regina Célia. Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 1999.

Filme

Mãos Sangrentas (Carlos Hugo Christensen, 1954)